



COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS
GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS

CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS) - Nº 15066349

RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE: Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS)

CNPJ: 70.157.896/0001-00

ENDEREÇO: Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)

TELEFONE: (84) 3204-8500

RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

CNPJ: 03.784.822/0001-07

ENDEREÇO: Av. Senador Salgado Filho, nº 2860, Andar 5, Lagoa Nova, Natal/RN (CEP: 59.075-900)

TELEFONE: (84) 3204-6353

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação dos serviços de **VACINAÇÃO DOS COLABORADORES DA POTIGÁS CONTRA O VÍRUS DA INFLUENZA**, conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento contratual e em seus anexos.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1 - O presente **CONTRATO** tem como fundamento legal o **Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016**, que considera **DISPENSÁVEL** a realização de licitação, para serviços e compras de pequeno valor, bem como o **RILC da POTIGÁS** e está vinculado ao processo **SEI Nº 05310003.001234/2022-32**, parte integrante deste **CONTRATO**, independente de transcrição.

2.2 - A presente Carta de Autorização de Serviços se equivale ao instrumento de Contrato.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2022, na conta: “**PO 2022 – Despesas e Custos Operacionais – Item 2.2.1.8 – Vacinação contra influenza**”.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1 - A vigência do presente **CONTRATO** é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da sua data de assinatura.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATADO:

5.1 - O valor total do presente **CONTRATO** é de **R\$6.160,00 (seis mil cento e sessenta reais)**.

5.2 - Todos os impostos e taxas estão inclusos no preço total.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS:

6.1 - Os preços contratuais são fixos e irrevogáveis.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1 - Os serviços a que se refere a Cláusula Primeira (Objeto) deverão ser executados em conformidade com o disposto neste **CONTRATO** e seus anexos, por **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, pois se trata de contratação por preço certo e total.

7.2 – PRAZO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.2.1 - O prazo para conclusão dos serviços será de **60 (sessenta) dias corridos** contados a partir da data de confirmação de recebimento desse documento pela **CONTRATADA**.

7.3 – CONDIÇÕES E LOCAL DOS SERVIÇOS:

7.3.1 - A **CONTRATADA** prestará os serviços objeto do presente contrato no escritório da POTIGÁS, situado na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), devendo o recebimento e aceitação dos serviços ser atestado pela **FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE**.

7.3.2 - A **CONTRATADA** deve garantir os serviços prestados à **CONTRATANTE**, responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste **CONTRATO**, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.

7.3.3 - O recebimento e aceitação dos serviços pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por não executar ou estar em desconformidade com as especificações estabelecidas no presente **CONTRATO** e seus anexos, bem como na proposta comercial vencedora, posteriormente verificados.

7.3.4 - O modo de execução dos serviços, objeto do presente **CONTRATO**, estão detalhados no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8.1 - As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

9 - CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:

9.1 - As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no item 9 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

10.1 - Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, em sua atual redação, observando-se o disposto no Capítulo VIII, Seção VI (Da Alteração dos Contratos) do RILC da POTIGÁS.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1 - A **CONTRATANTE** poderá rescindir este instrumento, na hipótese de descumprimento, pela **CONTRATADA**, de qualquer de suas cláusulas, ou a qualquer tempo, desde que demonstre a intenção com antecedência mínima de **15 (quinze) dias**, observando-se o disposto no Capítulo VIII, Seção XIV (Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos) do RILC da POTIGÁS.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1 - As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do **CONTRATO** estão estabelecidas no item 12 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:

13.1 - As condições para FISCALIZAÇÃO DO OBJETO estão estabelecidas no item 13 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCOS:

14.1 - Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da **CONTRATADA**, já previstas no presente instrumento.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE:

15.1 - As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

15.1.1 - Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS ANEXOS:

16.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:

17.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **CONTRATO**, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de comum acordo, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Signatário(s) deste documento:

PELA CONTRATANTE	
Marina Melo Alves Siqueira Diretora Presidente	Sérgio Henrique Guimarães de Paula Gerente Técnico e Comercial
PELA CONTRATADA	
Juliano Fernandes Martins Responsável Legal CPF: 033.966.994-24	
TESTEMUNHAS	
Ricardo Wagner Guilhermino Pereira Responsável Legal CPF: 595.822.274-00	Thiago André do Nascimento Fernandes Responsável Legal CPF: 048.694.144-22



COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS
GERÊNCIA DE QUALIDADE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (TR) - POTIGÁS - GQSMS/Nº 002

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a prestação de Serviço de vacinação dos colaboradores da Potigás contra vírus da influenza, conforme especificações e quantitativos constantes neste documento.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2022 da Companhia, na conta “**PO 2022 – Despesas e Custos Operacionais. Item 2.2.1.8 – Vacinação contra influenza**”.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **POTIGÁS** (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), e na Lei Federal nº 13.303/2016.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A contratação dar-se-á no regime de execução por preço unitário, conforme art. 42, inciso II, da Lei nº 13.303/2016 e art. 209, inciso I, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Potigás, que se revela como a mais adequada para medição dos referidos serviços, nos estabelecimentos da **CONTRATANTE**.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme art. 54, inciso I, da Lei nº 13.303/2016 e com o art. 98, inciso I, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Potigás, haja a vista que, no nosso entendimento, é o mais adequado e vantajoso para a Companhia.

6. DOS QUANTITATIVOS

6.1. Os serviços a serem contratados são os abaixo descritos com as quantidades estimadas:

Item nº	Descrição	Quantidade	Unidade de Medida
---------	-----------	------------	-------------------

1	Serviço de vacinação dos colaboradores da Potigás contra vírus da influenza.	88	unid
---	--	----	------

7. DO MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A empresa contratada deverá observar as seguintes regras para execução do objeto da contratação:

7.1.1. A contratada deve garantir o atendimento imediato às possíveis intercorrências relacionadas à vacinação, devendo garantir, ainda, o encaminhamento ao serviço de maior complexidade para continuidade da atenção, caso necessário.

7.1.2. A contratada deverá atender os empregados da Potigás com dignidade e respeito, de modo igualitário, garantindo o mesmo padrão de acesso/recepção aos serviços disponibilizados, não discriminando a clientela da Potigás em relação aos demais clientes.

7.1.3. A contratada não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

7.1.4. É de responsabilidade da contratada manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço;

7.1.5. É responsabilidade da contratada o transporte e descarte adequado do material descartável utilizado na vacinação, seguindo as orientações da RCD 306/04-ANVISA, sendo considerada falta grave o extravio ou má destinação final dos mesmos;

7.1.6. A contratada deverá cumprir a norma RDC/ANVISA nº. 306/2004 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

7.1.7. O transporte das vacinas deverá ocorrer em caixas térmicas que mantenha as condições de conservação indicadas pelo fabricante, com monitoramento da temperatura mínima e máxima.

7.1.8. Após a aplicação da dose adulta indicada, a contratada deverá anotar no cartão de vacinação do empregado os dados relativos a vacina recebida, tais como nome da vacina, número de lote, identificação do vacinador etc.

7.1.9. O contratado deverá utilizar empregados habilitados com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

7.1.10. É de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento de seringas, agulhas descartáveis ou quaisquer outros materiais necessários à vacinação, sem ônus para a contratante.

7.1.11. A contratada deverá dispor de equipamentos e materiais adequados à vacinação, incluindo Equipamentos de Proteção Individual – EPIs - adequados ao serviço e recipientes para descarte de materiais perfurocortantes e de resíduos biológicos.

7.1.12. O contratado deverá emitir todos os avisos e instruções necessárias para os colaboradores, visando a correta vacinação dos empregados.

7.1.13. A aplicação das vacinas deverá ocorrer durante o horário de funcionamento comercial da Potigás das sedes Natal e Mossoró - RN, ou seja, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, em dia útil.

7.1.14. A Ordem de Serviço a ser emitida pela fiscalização indicará a lista de colaboradores que serão vacinados e o dia útil em que ocorrerá a vacinação nas unidades Natal – RN e Mossoró – RN.

7.1.15. A contratada deverá realizar a vacinação dos colaboradores nas sedes da Potigás Natal – RN e Mossoró – RN, localizadas, respectivamente, nos endereços: Avenida Prudente de Moraes, 675 –

Natal –RN; e Rua Dr. João Marcelino, 1080-A, Abolição 1, Mossoró – RN.

7.1.16. A contratada deverá realizar imunização por meio da aplicação de uma dose adulta da vacina contra influenza, **quadrivalente, formulada conforme especificação da Nota Técnica SBIm 01/04/2022 - Vacinas influenza no Brasil em 2022 da Sociedade Brasileira de Imunizações e aprovada pela ANVISA.**

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Cabe a **CONTRATADA**:

8.1.1. Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora. Confiando a execução dos serviços objeto do **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados.

8.1.2. Verificar todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer.

8.1.3. Cumprir as determinações contidas no **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.4. Preservar e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

8.1.5. Não divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados por Diretor da **CONTRATANTE**.

8.1.6. Responsabilizar-se pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, bem como pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados.

8.1.7. Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo.

8.1.8. Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente.

8.1.9. Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho.

8.1.10. Prover seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.11. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**.

8.1.12. Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**.

8.1.13. Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

8.1.14. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços, executando-os em conformidade com o prazo e condições

estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2. Cabe a **CONTRATANTE**:

8.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.2. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3. Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas.

8.2.4. Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8.2.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.6. Nomear representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo.

8.2.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos.

8.2.8. Fornecer os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**.

8.2.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

9. DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a conclusão dos respectivos serviços ou fim do período de medição e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes, observado o mês de competência.

9.1.1. Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.

9.1.2. Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do **CONTRATO**.

9.2. A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:

- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita

Federal do Brasil;

- Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

9.3. À **CONTRATANTE** é reservado o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se a **CONTRATADA** não executar os serviços de acordo com o descrito no **CONTRATO** e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender a execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

10. DA VIGÊNCIA

10.1. A vigência do **CONTRATO** será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de assinatura do respectivo **CONTRATO**.

11. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

11.1. Os preços contratados serão fixos e irredutíveis.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pelo não cumprimento dos prazos parciais a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **CONTRATANTE**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **CONTRATADA** no documento em questão.

12.2. A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.3. As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na **Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções** do RILC da **POTIGÁS**.

13. DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os citados serviços, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos** do RILC da **POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2. A fiscalização poderá sustar, recusar, mandar refazer quaisquer serviços, desde que não estejam de acordo com as especificações técnicas, e as constantes do Termo de Referência, determinando prazo compatível para a correção de possíveis falhas ou substituições de peças inadequadas.

13.3. O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** do **CONTRATO** ficam automaticamente designados no **CONTRATO**.

14. DA MATRIZ DE RISCOS

14.1. Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da **CONTRATADA**, já previstas no presente instrumento.

15. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

15.1. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1.1. O fornecedor detentor da melhor proposta ou lance deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente

processo de contratação, os seguintes documentos, referente à habilitação:

Caso a contratada seja PESSOA JURÍDICA:

DOCUMENTO/CERTIDÃO
Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal abrangendo as contribuições sociais (INSS).
Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual.
Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal.
Prova de Regularidade perante o FGTS.
Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

Referência: Processo nº 05310003.001234/2022-32

SEI nº 14396171



Documento assinado eletronicamente por **Thiago André do Nascimento Fernandes, Gerente de Segurança, Meio ambiente e Saúde**, em 11/05/2022, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14396171** e o código CRC **FECDBDC2**.

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

PCS Nº 3-044-22

PROPONENTE: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI**CNPJ:** 03.784.822/0001-07

GRUPO ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UD.	QTDE (A)	VALOR UNITÁRIO (R\$) (B)	VALOR TOTAL (R\$) (C) = (A) X (B)
1	VACINAÇÃO CONTRA O VÍRUS DA INFLUENZA	UN.	88	70,00	6.160,00
VALOR TOTAL (C):				R\$	6.160,00





Documento assinado eletronicamente por **Thiago André do Nascimento Fernandes, Gerente de Segurança, Meio ambiente e Saúde**, em 27/06/2022, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Melo Alves Siqueira, Diretora-Presidente**, em 27/06/2022, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Henrique Guimarães de Paula, Diretor Técnico e Comercial**, em 28/06/2022, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Fernandes Martins, Usuário Externo**, em 01/07/2022, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15066349** e o código CRC **4C6FDC12**.